

Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense

Mariano de Matos Macedo *

Viviane Fiedler Vieira **

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners ***

RESUMO

Este artigo apresenta uma visão geral das diferentes fases de desenvolvimento da economia paranaense no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira. Coloca em pauta a emergência de um novo modelo de desenvolvimento regional na economia paranaense, principalmente a partir dos anos 90, integrado à rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira. Como conclusão, apresenta um conjunto de questões cujo aprofundamento analítico é considerado da maior importância para a compreensão das especificidades atuais da dinâmica da economia e sociedade estaduais.

Palavras-chave: economia e sociedade paranaense; economia paranaense; economia regional; desenvolvimento regional; modelos de desenvolvimento.

ABSTRACT

This article presents a general view of different phases of the Paraná State economic growth in the changing context which happened in the spacial dynamic of Brazilian economy. Manly after the 90's, it was broth to light the urgency of a new model of regional development in the Paraná State's economy, integrate to the net dynamic center of Brazilian economy. As a conclusion it presents a set of questions whose analytical deepening is considered of vital concern to the understanding of the peculiarity of the economy dynamic and unit federations society of today.

Key words: Paranaense economy and society; economy of Paraná State; local economy; local development; development models.

*Economista, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenador do Núcleo de Produtividade Sistemica do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP-PR). E-mail: mariano@ibqppr.org.br

**Economista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), consultora do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP-PR). E-mail: viviane@ibqppr.org.br

***Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), economista do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP-PR), professor da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e das Faculdades do Brasil (Unibrasil). E-mail: wilhelm@ipqppr.org.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral das diferentes fases de desenvolvimento da economia paranaense no contexto das transformações que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira.

Visa colocar em discussão a emergência de um novo modelo de desenvolvimento regional na economia paranaense, principalmente a partir dos anos 90, o qual, ainda na falta de uma denominação corrente, pode ser caracterizado como um “modelo de integração da economia paranaense à rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira”.

A primeira parte do artigo resume as análises realizadas por Galvão e Vasconcelos (1999), Diniz (1995) e Pacheco (1999), sobre as fases de desenvolvimento regional da economia brasileira.

A segunda parte complementa essa análise com as fases de desenvolvimento regional da economia paranaense, retomando, em parte, as análises realizadas por Ipardes (1982) e Leão (1985b).

Como conclusão, o artigo apresenta um conjunto de questões cujo aprofundamento analítico é considerado da maior importância para a compreensão das especificidades atuais da dinâmica da economia e sociedade estaduais.

FASES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

O desenvolvimento da economia brasileira pode ser caracterizado espacialmente por quatro fases: isolamento relativo ou arquipélago regional, articulação comercial, articulação produtiva e desenvolvimento regional difuso.¹

A fase do isolamento relativo ou dos arquipélagos regionais corresponde aos antigos complexos exportadores que dominaram diversas regiões brasileiras até o princípio do século XX.

A fase da articulação comercial segue a primeira etapa da industrialização no Brasil – centrada e relativamente concentrada ou polarizada pelo Sudeste do país, principalmente São Paulo –, que marcou a economia brasileira até os anos 60. Nessa fase, as economias periféricas a esse centro ajustaram “os seus espaços econômicos à concorrência da produção industrial sudestina, que avançou sobre os mercados regionais, anteriormente isolados”. (GUIMARÃES, 1997, p. 7)

A fase da articulação produtiva percorre os anos 70, alcança os 80 e é acompanhada de um processo de desconcentração espacial das atividades econômicas em relação ao centro São Paulo/Sudeste. Segundo Diniz, esse processo resultou de vários fatores:

deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infra-estrutura; busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização. (DINIZ, 1995, p. 7)

¹Essas fases foram analisadas por Galvão e Vasconcelos (1999, p. 6).

A fase do desenvolvimento regional difuso – “*nem concentração, nem desconcentração*” – começou a apresentar delineamentos mais claros a partir do final dos anos 80.

As teses mais importantes sobre essa nova fase são as análises de Diniz (1995), que defende a existência de um processo de reconcentração espacial das atividades econômicas no Brasil, denominado “concentração poligonal”, e a de Pacheco (1999), que identifica um processo de fragmentação de núcleos dinâmicos dessas atividades, espalhados no espaço do território nacional, denominados “ilhas de produtividade”. (GALVÃO; VASCONCELOS, 1999, p.7)

A tese da concentração poligonal parte da constatação de que os requisitos locacionais das atividades econômicas estão sofrendo forte mudança no contexto do processo de reestruturação produtiva. Alguns deles vêm assumindo crescente importância para o desenvolvimento industrial e para o crescimento diferenciado das regiões, tais como: base educacional e cultural; existência de centros de ensino e pesquisa; concentração de recursos de pesquisa; presença de parques tecnológicos; mercado de trabalho profissional e qualificado; relações industriais articuladas geograficamente (redes de empresas, *clusters*, arranjos produtivos, etc.); existência de serviços especializados; facilidades de acesso; e ambiente favorável de negócios. Segundo Diniz,

embora estes recursos possam ser encontrados em localizações dispersas, tendem a se restringir a regiões com grandes aglomerações urbanas. As poucas localidades com vantagens preexistentes relacionadas a esses requisitos tendem a ampliá-las ainda mais, uma vez que o crescimento das atividades de alta tecnologia age como poderosa força aglomerativa. (...) No caso do Brasil, a concentração industrial prévia e a desigualdade do potencial de pesquisa e de renda dificultam um processo de desconcentração industrial para as regiões pobres ou vazias. Assim considerando, não resta dúvida de que as melhores condições para a localização de atividades de alta tecnologia estão predominantemente no Estado de São Paulo e secundariamente no corredor² que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre. O resultado combinado de mudanças nas economias de aglomeração, da crescente integração do mercado nacional, da abertura externa e crescimento dos efeitos do Mercosul, da desigualdade regional do gasto em pesquisa, do mercado de trabalho profissional e da renda tende a reforçar o crescimento industrial da região que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre. (...) Embora tenha ocorrido um relativo processo de desconcentração industrial nos últimos 20 anos, vários elementos parecem atenuar a possibilidade de sua continuação, pelo menos na velocidade e na direção registrada. (DINIZ, 1995, p.40-41)

A tese das ilhas de produtividade parte da constatação de que o intenso fluxo de investimentos verificado no Brasil, principalmente a partir de meados da década de 90, está indicando a emergência de significativas transformações no padrão de localização regional das atividades econômicas. Segundo Pacheco,

atenção especial tem sido dada ao que parece ser uma certa desconcentração relativa dos investimentos no setor de bens duráveis, especialmente na automobilística, bem como em alguns gêneros de bens salariais, com destaque para segmentos em que o dispêndio com mão-de-obra ainda se mostra relevante no custo de produção, tais como calçados, têxtil e vestuário. Motivados por essa aparente desconcentração, vários estados e municípios têm-se lançado em programas arrojados de atração de investimentos, utilizando-se de ampla gama de incentivos e de algumas iniciativas localizadas voltadas à geração de externalidades favoráveis a esses novos investimentos. (...) é inegável que a maior agressividade das unidades da Federação menos industrializadas reforça ainda mais essa trajetória de desconcentração. Em paralelo, e ao contrário dessas tendências, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos em setores com grande potencial de crescimento, como telecomunicações e informática (...) De forma análoga, os impactos diretos do programa de privatização ampliaram o peso das áreas

²Mais especificamente no polígono, com os seguintes vértices: Belo Horizonte, Triângulo Mineiro, Ribeirão Preto, Norte do Paraná, Porto Alegre, Curitiba, Rezende (RJ) e, novamente, Belo Horizonte.

mais industrializadas do país, tanto por intermédio da racionalização das atividades das empresas privatizadas quanto – no limite – pelo fechamento de antigas plantas situadas em regiões menos desenvolvidas. Nessa mesma direção coloca-se a importância crescente que algumas externalidades novas assumem na determinação da competitividade industrial, a exemplo da proximidade com fornecedores ou da existência de serviços especializados de apoio à atividade produtiva, o que, evidentemente, favorece as áreas mais intensamente industrializadas. Ainda que o resultado global dessas transformações seja de difícil aferição, pode-se argumentar que está em curso sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e a importância maior do conjunto de cidades médias perante as áreas metropolitanas [já forte e tradicionalmente industrializadas]. (PACHECO, 1999, p.5-6)

Galvão e Vasconcelos (1999) alertam que as teses relativas à concentração poligonal e às ilhas de produtividade não são integralmente antitéticas, embora apresentem divergências relevantes sobre as tendências da nova configuração espacial da economia brasileira. Segundo esses autores, as duas teses analisam a dinâmica espacial da economia brasileira com uma “visão mais próxima da escala microrregional ou local” e rompem com as visões mais tradicionais que focalizam a escala macrorregional do desenvolvimento brasileiro. No entanto, a ênfase metodológica dessas teses apresentam diferenças relevantes:

a da reconcentração (“concentração poligonal”) realça, sobretudo, a influência da localização tendencial da indústria moderna, dos setores dinâmicos, da tecnologia mais avançada, com ênfase em uma leitura dos impactos dos fatores sistêmicos da competitividade e da reestruturação produtiva que se seguem ao deslanche do novo paradigma tecno-econômico em afirmação no cenário mundial; a da fragmentação (“ilhas de produtividade”), de outro lado, chama atenção [adicional] para as perspectivas dinâmicas de determinados segmentos localizados de produção (...) cuja repercussão regional alcança expressão significativa, a qual pode provocar algum aumento da “heterogeneidade” interna das regiões brasileiras. (GALVÃO; VASCONCELOS, 1999, p.7)

FASES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA ECONOMIA PARANAENSE

No geral, no decorrer de sua história, a economia paranaense vem se transformando e acompanhando as várias fases pelas quais é possível caracterizar espacialmente o desenvolvimento da economia brasileira (quadro 1).

Pode-se afirmar que essas fases referenciam, cada uma no seu tempo, diversos “modelos de interpretação da economia paranaense”.

À fase de isolamento relativo corresponde a “economia do mate”.

A fase de articulação comercial levou Padis (1981) a entender o Paraná como um “modelo de uma economia periférica”. Padis reproduziu, para as regiões brasileiras, as relações entre *centro* e *periferia*, clássicas do modelo cepalino de explicação dos problemas de industrialização em países atrasados. Segundo Padis, a industrialização de São Paulo determinou uma divisão de trabalho no país, em que às demais regiões – a exemplo do Paraná – coube a tarefa de produzir matérias-primas, alimentos, outros produtos agrícolas e exportações (divisas), com um reduzido potencial de crescimento endógeno. (LEÃO, 1985b)

Nesse contexto, a diversificação das estruturas econômicas e sociais das regiões periféricas foi inibida, em particular o seu crescimento industrial. Padis não desconheceu os avanços na indústria paranaense verificados desde o final do século XIX, mas subordinou-os aos seguintes fatores: vantagens comparativas estáticas existentes (produtos alimentares, madeira, minerais não-metálicos e papel e papelão); e apoio do Estado Local, principalmente no que se refere à expansão da infra-estrutura de transporte e de energia.

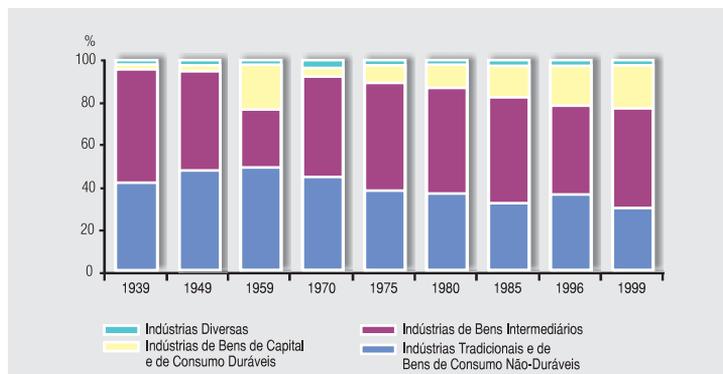
QUADRO 1 - FASES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ECONOMIA BRASILEIRA	ECONOMIA PARANAENSE
Arquipélagos Regionais - complexos regionais exportadores que perduraram até o início do século XX	Economia do Mate
Articulação Comercial - concomitante à primeira etapa da industrialização brasileira, concentrada principalmente em São Paulo – até os anos 60	Economia Periférica à de São Paulo - expansão da economia cafeeira
Articulação Produtiva - processo de desconcentração espacial da atividade econômica em relação ao núcleo dinâmico da economia brasileira (São Paulo) - percorre os anos 70 e alcança os 80	Industrialização complementar à do núcleo dinâmico (São Paulo) - expansão da metal-mecânica e da agroindústria; - modernização da indústria tradicional (madeira, papel, alimentos, etc.)
Desenvolvimento Regional Difuso - concentração poligonal (região Centro-Sul) - ilhas de produtividade - a partir do final dos anos 80	Integração à Rede de Núcleos Dinâmicos da economia brasileira - forte diversificação da estrutura industrial e adensamento das relações interindustriais

FONTE: Elaboração dos autores

Como pode ser observado no gráfico 1 e na tabela 1, entre 1939 e 1959, cresceu a participação das indústrias tradicionais e de bens de consumo duráveis no total da indústria do Estado, em particular nos casos dos gêneros produtos alimentares, minerais não-metálicos e papel e papelão. Nesse período, apesar de perder participação no total da indústria estadual, o gênero madeira, o mais importante da indústria do Paraná conforme o Censo Industrial de 1939, continuou a ser um dos segmentos produtivos mais expressivos no Estado.

GRÁFICO 1 - ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS DA INDÚSTRIA - 1939/1999



FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual
NOTA: Dados elaborados pelos autores

TABELA 1- ESTRUTURA DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO GRUPOS E GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 1939/1999

GRUPO / GÊNERO DA INDÚSTRIA	1939	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1996	1999
Indústrias de Transformação	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Indústrias Tradicionais e de Bens de Consumo Não-Duráveis	41.65	48.08	49.10	43.56	38.79	37.47	33.74	36.38	30.43
Mobiliário	4.95	3.21	2.74	3.95	3.53	3.35	2.53	3.04	2.73
Produtos Farmacêuticos	(1)	0.12	0.17	X	X	0.13	0.14	0.21	0.40
Perfumaria	(1)	1.36	0.48	0.33	0.19	0.50	0.52	1.06	0.74
Têxtil	2.93	2.44	3.18	8.57	4.45	5.19	4.91	1.91	1.59
Vestuário e Calçados	1.77	0.89	0.84	0.52	0.80	1.30	1.34	1.64	1.81
Produtos Alimentares	24.14	31.17	37.15	23.99	26.13	24.18	21.42	19.11	16.77
Bebidas	5.74	6.51	2.75	3.02	1.63	1.13	1.37	2.25	2.65
Fumo	-	-	-	-	-	0.48	0.54	3.73	0.64
Editorial e Gráfica	2.13	2.38	1.79	3.18	2.07	1.21	0.97	3.42	3.11
Indústrias de Bens Intermediários	56.64	47.85	47.03	48.11	50.96	50.42	49.17	42.91	47.16
Minerais Não-Metálicos	4.84	6.88	6.99	7.28	8.23	7.59	5.38	3.79	4.19
Metalurgia	6,00	1,38	2,79	3,29	3,76	3,78	2,61	4,14	4,18
Madeira	32.65	25.70	26.49	22.81	20.72	15.75	6.97	5.21	7.23
Papel e Papelão	0.98	9.29	4.95	5.27	4.99	5.89	5.58	5.56	7.31
Borracha	-	-	0.02	0.79	0.65	0.67	0.50	0.36	0.32
Couros e Peles	1.76	1.48	1.36	0.85	0.39	0.41	0.65	0.58	0.40
Química ⁽³⁾	10.42	3.12	4.42	7.83	10.70	14.83	25.94	21.04	21.20
Matérias Plásticas	(2)	-	0,02	X	1,53	1,49	1,54	2,23	2,32
Indústrias de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	0.28	2.79	2.96	5.66	8.81	10.94	15.59	19.21	21.30
Mecânica	0.16	2.34	1.10	3.33	5.44	4.93	5.44	8.14	7.63
Material Elétrico	0,01	0,06	0,74	0,55	1,28	3,90	6,12	7,68	5,11
Material de Transporte	0,11	0,39	1,12	1,79	2,09	2,11	4,03	3,39	8,56
Indústrias Diversas	1,43	1,28	0,91	2,67	1,44	1,17	1,50	1,50	1,11

FONTES: IBGE - Censo Econômico 1985; Censo Industrial Paraná 1970, 1975, 1980 e 1985; Pesquisa Industrial Anual 1999; IPARDES 1994

NOTAS: Dados elaborados pelo IBQP-PR

Total da Indústria de Transformação = 100

Sinal convencional utilizado:

X Dado omitido.

- Dado inexistente.

(1) Incluídas no Gênero Química, no Censo de 1939.

(2) Incluídas no Gênero Indústrias Diversas, nos Censos de 1939 e 1949.

(3) Considera-se a Produção de óleos, gorduras vegetais e animais no gênero Química, para compatibilizar as metodologias utilizadas pelo IBGE, entre os Censos de 1939 e 1970 e a PIA 1999.

Assim, no contexto do modelo de interpretação elaborado por Padis, as questões básicas da economia paranaense foram as seguintes:

- a identificação dos estrangulamentos dinâmicos de uma economia periférica (problemas de infra-estrutura, incipiência das relações interindustriais, etc.);
- a necessidade de avanço do processo de industrialização do Paraná, de forma a "modernizar" a sua estrutura econômica e social, bem como a natureza de seus processos políticos;
- os limites e as possibilidades do Estado Local em implementar "políticas de desenvolvimento" que viessem a quebrar o "sistema centro-periferia". Como cepalino, Padis não acreditava nas possibilidades das forças de mercado de, por si sós, criarem as condições necessárias para homogeneizar a difusão espacial da indústria e, dessa forma, romper com o "sistema centro-periferia". Também não acreditava que esse rompimento pudesse ocorrer em nível regional e, portanto, clamava, como a Cepal, por uma *política de desenvolvimento nacional*.

No entanto, apesar dessas descrenças, a visão crítica dos desequilíbrios regionais levou diversos estados (Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, estados do Nordeste, etc.), nos anos 60, à tentativa de montar um projeto de industrialização autônoma. Tais tentativas apresentavam as seguintes idéias centrais:

- a) respostas locais ao tratamento diferenciado concedido pelo governo federal ao centro dinâmico vis-à-vis à periferia;
- b) autonomia dos Estados Locais e necessidade de fortalecer a Federação, em resposta à centralização administrativa e dos grandes investimentos (Plano de Metas) do governo de Kubistchek;
- c) reconhecimento da importância da atuação planejada dos governos estaduais de forma a acicatar as transformações necessárias à superação da condição de periferia.

A partir dessas idéias, no Paraná, foi elaborado um “modelo paranista de desenvolvimento”, agenciado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Codepar) e centrado em três objetivos, potencialmente sinérgicos:

- a) a integração do Estado, então fracionado no Velho Paraná (inclusive Curitiba), no Paraná Cafeeiro-Paulista e nas fronteiras de ocupação do Oeste;
- b) a integração vertical plena da indústria paranaense, via um processo radical de substituição de importações, principalmente de bens intermediários e de capital;
- c) o fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais.

Esse projeto, na prática, nem vingou os objetivos de seus idealizadores nem levou à construção de um “Paraná Autônomo”. Maria Helena Oliva Augusto (1978) analisou as razões dessa desilusão, em grande parte atreladas ao contexto da dinâmica espacial da fase de integração produtiva da economia brasileira.

Nos anos 70 e 80, os novos rumos da industrialização do país, da “modernização da agricultura” e das diferentes articulações do tripé capital estatal-capital estrangeiro-capital nacional – refletidos principalmente nos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento – definiram os limites de desenvolvimento “autônomo” das economias regionais e, ao mesmo tempo, induziram um processo de relativa desconcentração da atividade econômica a partir do centro dinâmico paulista/paulistano.

Nesse contexto, segundo Maria Helena Oliva Augusto, o caminho escolhido pelo “projeto paranista de desenvolvimento” (intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista), então disseminado pela Codepar, negou, na prática, a realização de um Paraná autônomo: o novo rumo da industrialização do país, então na fase de integração produtiva, “conduziu, [no dia-a-dia], a que se reformulassem caminhos e possibilidades para o Paraná. Passou-se da tentativa emancipatória à busca de complementaridade. Ou seja, a afirmação do Paraná frente (ou contra) São Paulo, explicitada pela substituição de importações estaduais, foi substituída pela constatação de um ‘papel’ industrial complementar a ser desempenhado” (AUGUSTO, 1978) pela economia paranaense.

A interpretação das raízes e da evolução desse modelo de industrialização no Paraná, complementar ao centro dinâmico paulista, é dada pelo diagnóstico “Paraná: Economia e Sociedade”, publicado em 1982, pelo Ipardes. As questões centrais da economia e sociedade paranaenses nos anos 70/80 foram as seguintes:

- a) a industrialização da agricultura, o papel do Estado (crédito rural, política agrícola, etc.) nesse processo e o futuro da pequena produção, então em forte processo de desarticulação;
- b) a diversificação da estrutura industrial, com a incorporação de novos gêneros (a exemplo da metal mecânica na Região Metropolitana de Curitiba) e a modernização dos gêneros tradicionais (como produtos alimentares, madeira, etc.), com a ampliação das margens de valor agregado. Como pode ser observado

na tabela 1 e no gráfico 1, entre 1960 e 1985, as indústrias tradicionais e de bens de consumo não-duráveis perdem participação no total da Indústria do Estado. Por outro lado, ganham participação as indústrias de bens intermediários, de bens de capital e de consumo duráveis, com destaque para os gêneros química (petroquímica e óleos vegetais em bruto), matérias plásticas, mecânica, material elétrico e material de transporte). Pode-se observar também, na tabela 2, que, entre 1970 e 1985, a indústria do Paraná ganha participação no total da indústria brasileira, com destaque para os gêneros mobiliário (expansão, diversificação e modernização), produtos alimentares (expansão, diversificação e modernização), bens intermediários (exceto madeira) e a indústria de bens de capital e de consumo duráveis;

- c) o caráter complementar dessa nova indústria em relação à estrutura industrial do país, cujo núcleo dinâmico centrava-se em São Paulo;
- d) a caracterização da nova indústria/agroindústria pela presença de empresas de grande porte voltadas ao mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escalas de produção de grandes dimensões;
- e) a constatação de que os capitais locais, alavancados pelo Badep, avançaram em alguns segmentos, mas, no geral, foram caudatários de capitais de outros estados ou do capital estrangeiro;
- f) a especificidade da dinâmica da economia estadual, pois, apesar de o setor industrial ter se diversificado e passado a liderar a geração do PIB estadual, a base do processo de geração de riquezas continuou a ser dada pela agroindústria;
- g) o reduzido grau de relações interindustriais e de sinergia endógena dos novos segmentos da metal-mecânica instalados no Estado, em particular na Região Metropolitana de Curitiba;
- h) a concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba, não deixando de levar em conta que o processo de industrialização da agricultura propiciou fortes impulsos dinâmicos em praticamente todas as regiões do Estado;
- i) as transformações nas relações de produção no campo, as mudanças na estrutura do emprego, a intensidade das migrações rurais, a expulsão de paranaenses para outras regiões do país e o processo de urbanização e de metropolização.³

Finalmente, na atual fase de *desenvolvimento regional difuso* da economia brasileira (“nem concentração, nem desconcentração”), começa-se a definir um novo modelo de desenvolvimento regional da economia paranaense, principalmente a partir de meados dos anos 90. Ainda na falta de uma denominação corrente, podemos caracterizá-lo como um “modelo de integração da economia paranaense à rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira”.

Quais as principais características desse novo modelo ou qual a especificidade do Paraná nessa nova fase da dinâmica espacial da economia brasileira?

Como pode ser observado pela análise desenvolvida no tópico anterior, o Paraná não só está dentro do polígono traçado por Diniz (1995), como vem se constituindo em uma das ilhas de produtividade, conforme definidas por Pacheco (1999).

³Uma análise mais detalhada das idéias de Padis, Codepar e Ipardes sobre a dinâmica da economia paranaense foi elaborada por Igor Leão, em sua tese de mestrado na Unicamp. Em parte, a análise aqui realizada reproduz e tem por base esta tese. Ver Leão (1985b).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ NO BRASIL, SEGUNDO GRUPOS E GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 1970/1999

GRUPO / GÊNERO DA INDÚSTRIA	1970	1975	1980	1985	1996	1999
Indústria de Transformação	3,08	3,96	4,12	4,88	5,46	5,92
Indústrias Tradicionais e de Bens de Consumo Não-Duráveis	21,90	26,35	31,47	37,18	52,15	41,04
Mobiliário	5,79	7,04	7,76	8,63	11,67	12,95
Produtos Farmacêuticos	-	-	0,34	0,42	0,31	0,62
Perfumaria	0,65	0,60	2,19	2,83	3,07	2,35
Têxtil	2,82	2,87	3,43	4,03	3,14	2,86
Vestuário e Calçados	0,48	0,84	1,13	1,27	2,04	2,82
Produtos Alimentares	5,48	9,16	8,59	8,71	7,20	6,90
Bebidas	4,01	3,61	3,46	5,37	3,26	4,96
Fumo	-	-	2,58	3,48	17,81	3,47
Editorial e Gráfica	2,67	2,23	1,99	2,45	3,64	4,12
Indústria de Bens Intermediários	46,54	52,97	53,01	55,22	64,32	69,04
Minerais Não-Metálicos	3,81	5,10	5,54	6,12	5,92	6,47
Metalurgia	0,87	1,18	1,34	1,04	2,32	2,41
Madeira	27,83	28,14	24,69	21,49	24,03	28,54
Papel e Papelão	6,33	7,82	8,77	9,29	7,70	10,05
Borracha	1,25	1,56	2,19	1,32	1,42	1,41
Couros e Peles	4,05	2,96	3,59	5,29	10,10	7,90
Química ⁽¹⁾	2,41	3,52	4,20	7,31	8,66	7,46
Matérias Plásticas	-	2,70	2,69	3,35	4,17	4,80
Indústria de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	2,45	4,27	5,48	9,90	14,57	19,01
Mecânica	1,45	2,09	2,00	2,89	5,89	7,08
Material Elétrico e de Comunicações	0,31	0,88	2,31	3,95	6,63	5,54
Material de Transporte	0,69	1,30	1,17	3,06	2,06	6,39
Indústrias Diversas	1,21	1,39	1,82	2,74	4,78	3,74

FONTES: IBGE - Censo Econômico 1985; Censo Industrial Paraná e Brasil 1970, 1975 e 1980; Pesquisa Industrial Anual 1999

NOTAS: Dados elaborados pelo IBQP-PR

Total da Indústria de Transformação Brasil = 100

Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Considera-se a produção de óleos e gorduras vegetais e animais no gênero química, para compatibilizar as metodologias utilizadas pelo IBGE, entre os Censos de 1970 a 1985 e a PIA 1999.

A intensidade e a natureza do fluxo de novos investimentos que ocorreu na economia paranaense na segunda metade da década de 90 estão redefinido a sua forma de inserção na dinâmica espacial da economia brasileira (tabelas 3 e 4).⁴

Grande parte desses investimentos vem sendo realizada no setor automotivo (montadoras e fornecedores), com elevado potencial de geração de efeitos endógenos diretos e indiretos, em particular no setor serviços.

⁴Os dados das tabelas 3 e 4 são indicativos do volume de novos investimentos que foram realizados no Brasil e no Paraná. Os dados da tabela 4 contabilizam as intenções de investimentos e não a totalidade dos investimentos realizados. Esses dados são apresentados para situar o Paraná no contexto nacional dessas intenções de investimentos. Os dados da tabela 3 foram elaborados pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico e se referem ao montante de investimentos declarados pelas empresas com vistas ao enquadramento em programas de incentivos fiscais, o que não é o caso da totalidade dos investimentos realizados no Estado. Nem todos os investimentos realizados no Estado solicitaram incentivos fiscais.

TABELA 3 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS, POR CIDADE E EMPRESA 1995-2000⁽¹⁾

		continua
REGIÃO/EMPRESA	SEGMENTO	US\$ MILHÕES
Região Metropolitana		6.311,7
Rohn Brasilsat	Telecomunicações	55,4
Refinaria de Araucária	Petroquímica	130,0
Gonvarri	Automobilístico - laminadora	30,0
Ultrafertil	Aubos e Fertilizantes	24,2
American Axle	Automobilístico - autopeças	35,0
Auto Chassis	Automobilístico - autopeças	3,5
Synteko	Química	15,0
CSN	Siderurgia	390,0
Masa Decor	Papéis decorativos	12,0
Trane	Ar condicionado/unidades resfriadoras	25,0
Dyno do Brasil	Resinas/madeira	4,9
UTE Araucária	Termoelétrica/gás	550,0
Cimento Itambé	Cimento	100,0
Refinações de Milho do Brasil	Alimentos	6,3
Etablissements Caillau	Automobilístico - autopeças	5,0
Brandl do Brasil	Automobilístico - autopeças	4,0
PLM Plásticos	Pallets de plásticos	10,8
Orbis Meting	Aquecedores de água	18,5
Inbras	Pneumáticos	5,5
Tritec Motors (Chrysler/BMW)	Automobilístico - Motores	659,0
Dana	Automobilístico - autopeças	14,0
Incepa	Cerâmica	5,3
Detroit Diesel Motors	Automobilístico - Motores	130,0
Eletrolux	Eletrdomésticos	62,2
Siemens/Equitel	Telecomunicações	53,0
Estação Plaza	Entretenimento	150,0
Kraft Lacta/Phillip Morris	Alimentos	70,0
Shopping Curitiba	Comércio	145,0
Shopping Crystal Plaza	Comércio	45,0
Robert Bosch	Automobilístico - autopeças	40,0
Volvo	Automobilístico - Caminhões	395,0
Brasilsat Harald	Telecomunicações	55,0
Furukawa	Telecomunicações	30,0
Inepar	Mat. Elétrico	30,0
Denso	Automobilístico - autopeças	50,0
T.E.A.M. Robótica	Automobilístico - equipamentos	2,5
Lear Corporation	Automobilístico - autopeças	4,5
Edscha	Automobilístico - autopeças	12,0
Solvay	Automobilístico - autopeças	1,0
Lucent Technologies	Telecomunicações	4,4
Simoldes	Automobilístico - autopeças	43,2
Brahma	Alimentos e Bebidas	12,0
Dyno do Brasil	Painéis de madeira	4,6
Vemetek	Automobilístico - autopeças	13,5
SNR Roulements	Automobilístico - autopeças	25,0
Arvin	Automobilístico - autopeças	20,0
Antex	Beneficiamento de fios/ind.automotiva	39,0
Homeopatia Waldomiro Pereira	Farmacêutica	2,0
Plastilit	Tubos e componentes em PVC	2,1
Holiplast	Artefatos de metais e artigos de plástico	2,0
Thermokey	Metalurgia	1,2
Famáq	Máquinas em geral (comércio)	1,0

TABELA 3 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS, POR CIDADE E EMPRESA 1995-2000⁽¹⁾

continua		
REGIÃO/EMPRESA	SEGMENTO	US\$ MILHÕES
JNJ Móveis Moura	Móveis	0,4
Metalcamp	Metalurgia	1,5
Rigo & Loeschke	Metalurgia/móveis e agropecuária	1,5
Tormofe	Materiais plásticos	0,4
Incoplar	Materiais plásticos	20,0
Indústria Trevo	Pisos e revestimentos	14,5
T&L Ind. de Laminados	Madeira	11,0
Flooring	Madeira (pisos, perfis e comp. de móveis)	16,0
Petrofisa	Tubulações e tanques	7,0
Klumpp	Química/madeira (seladores e vernizes)	1,3
Mandirituba Têxtil	Têxtil	8,0
Union Trading	Janelas, portas e portões/PVC Veka	0,4
Selco	Automobilístico - selantes e adesivos	3,0
Bioflux	Máq. equip.médico-hospitalares	5,0
Uteco	Máq. impressoras	5,5
Wap Aspiradores	Eletrodomésticos	0,5
Mexpi	Mecânica/Compressores	1,6
Allen Telecomunicações	Antenas	2,2
Schlumberger	Cartões magnéticos	18,0
Koyo	Automobilístico - autopeças	20,0
Plastauto	Automobilístico - autopeças	17,0
Bs Colway	Pneus remoldados	23,3
Bertraud Faure	Estrutura para assentos de carros	17,0
Copo	Assentos, carpetes e tecidos para carros	40,0
Copo Thierry	Tecidos para automóveis	13,0
Bollhoff Möller	Automobilístico - autopeças	6,0
Trèves	Tapetes, forrações e isolante para carros	18,0
Leão Júnior	Alimentos	8,0
Neoplástica	Embalagens	18,0
Balflex	Mangueiras hidráulicas	1,7
Santa Catarina	Metalurgia	4,0
Cia. Cimento Rio Branco	Cimento	101,0
Audi/Volkswagen	Automobilístico - carros de passeio	750,0
Botica	Perfumaria	14,0
Multilit	Fibrocimento	50,0
Renault	Automobilístico - carros de passeio	1.000,0
Renault Motores	Automobilístico - motores	120,0
Nissan/Renault	Automobilístico - utilitários	100,0
Thera	Automobilístico - autopeças	35,0
Metagal	Automobilístico - autopeças	7,0
Rütegers	Autom. - mantas de isolamento acústico	7,0
S.A.S Automotiva	Automobilístico - autopeças	2,8
Sommer Allibert	Automobilístico - autopeças	50,0
Peguform	Automobilístico - autopeças	29,0
Ecia	Automobilístico - autopeças	3,0
Walker do Brasil	Automobilístico - autopeças	14,0
Krupp Presta	Automobilístico - autopeças	25,0
Johnson Controls	Automobilístico - assentos	12,0
Grammer	Automobilístico - apoio de cabeça e braço	2,0
Hella-Arteb	Automobilístico - autopeças	4,5
Manuli	Automobilístico - autopeças	11,0
Brose	Automobilístico - autopeças	46,0
Sofedit	Automobilístico - autopeças	12,0

TABELA 3 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS, POR CIDADE E EMPRESA 1995-2000⁽¹⁾

		continua
REGIÃO/EMPRESA	SEGMENTO	US\$ MILHÕES
Adwest heidmann	Automobilístico - autopeças	0,7
Inylbra	Automobilístico - tapetes	4,0
Delphi	Automobilístico - autopeças	2,5
KMAB-Krupp	Automobilístico - autopeças	35,0
Metalma	Plásticos (chapas e peças)	20,0
S&C Eletric	Elétrico-eletrônica	1,8
		6.311,7
Interior do Estado		2.355,4
Irati		
Siemens	Automobilístico - autopeças	20,0
Iracome	Automobilístico - autopeças	15,5
Iramec	Automobilístico - autopeças	3,4
Paranaguá		
Sadia Concórdia	Alimentos	20,0
Ponta Grossa		
Continental	Automobilístico - pneus	80,0
TCA	Automobilístico - autopeças	6,5
Sadia	Alimentos	37,6
Kaiser	Bebidas	150,0
Beaulieu	Carpetes	30,0
Tetra Pak	Embalagens	27,0
Itallbras	Canetas	3,0
Pac Embalagens	Embalagens	4,0
Metalúrgica Ferrame	Metalúrgica/construção civil	23,8
Masisa	Maderia/Aglomerados	130,0
Tetra Pack	Papel	100,0
Outras Regiões		
CCPL	Alimentos	26,0
Vapza	Alimentos	7,5
Pincéis Tigre	Pincéis, esponjas e vassouras	3,1
Batávia	Alimentos	72,0
Denver Cotia	Celulose (CMC e MC)	70,0
Agromalte	Alimentos	41,2
Agraflores	Flores e plantas ornamentais	2,0
Dixie Toga	Embalagens	40,0
Elevadores Atlas	Mecânica	60,0
Cacique	Alimentos	28,0
Itap Bemis	Embalagens	65,0
Confecções de Roupas Vox	Confecções	1,1
Hussmann Fast Frio	Metalurgia	20,0
Cia Norte Paranaense de Bebidas	Alimentos	16,0
Sicpa	Química/tintas	4,5
Grupo Meguetti	Alimentos/açúcar e álcool	80,0
Augros	Tampas plásticas para embalagens	8,0
Solabia	Farmacêutica	5,5
Global Village Telecom	Telecomunicações	1,2
Credeal	Gráfica/cadernos, blocos e impressos	1,0
Pado	Metalurgia/cadeados e fechaduras	30,0
Rota Brock	Mecânica/benef. prod. agrícolas	4,9
Tecnosul	Química	0,4
Big Frango	Alimentos	13,0
Adram	Alimentos	15,0
Da Granja	Alimentos	106,8

TABELA 3 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS, POR CIDADE E EMPRESA 1995-2000⁽¹⁾

REGIÃO/EMPRESA	SEGMENTO	US\$ MILHÕES	conclusão
Tafisa	Madeira aglomerada	210,0	
Comfloresta	Madeira/molduras e painéis	40,0	
Macsol	Alimentos	10,0	
Avebom	Alimentos	3,3	
Laticínios Iva	Alimentos	9,1	
Covolan	Têxtil	15,0	
Acetatos	Têxtil	14,8	
Malharia Iracema	Têxtil	3,9	
Kanebo	Bicho-da-seda/fios	5,0	
Averama	Alimentos	3,6	
Frutex	Alimentos	1,4	
Klabin	Papel e Celulose	206,0	
Placas do Paraná	Madeira/MDF	180,0	
Wilke	Tubos de papel	2,4	
Cotonifício São Bernado	Têxtil	27,0	
Comaves	Alimentos	23,3	
Anhambí Agroindustrial	Alimentos	17,8	
Tecelagem Santa Clara	Têxtil	6,6	
Silvatrim	Produtos derivados de PVC	4,0	
Mar e Terra	Vestuário	1,2	
Souza Cruz	Fumo	8,4	
Schreiber	Alimentos/queijos	8,0	
Globoaves	Alimentos	7,0	
Coopavel	Alimentos	20,0	
Coopavel-II	Alimentos	0,5	
Alfa Forcan	Mangueiras de uso industrial	1,3	
Aerovel	Embalagens/aerosóis e saneantes	1,2	
Megaperfil	Forros e pisos de PVC	0,6	
Mvm Alimentação	Alimentos	0,8	
Comil	Alimentos	2,7	
Cotrefal	Alimentos	32,8	
Canuanã	Turismo	2,8	
Cotrefal	Alimentos	5,3	
Colacril	Auto-adesivos	8,0	
Biscoitos Ninfa	Alimentos	4,3	
Sadia	Alimentos	60,0	
Sabor Segredo	Alimentos	0,4	
CPM Comunicações	Software	10,0	
Relm Chatal	Eleto-eletrônico	4,2	
Metavision	Eleto-eletrônico	3,2	
Hosonic	Eleto-eletrônico	1,3	
Green lights	Eleto-eletrônico	0,7	
Gascarbo	Química/gás para ind. de alimentos	2,9	
Emílio Morgade	Bebidas	2,4	
Honofaé Cozinhas	Móveis de cozinha	1,4	
Parati	Alimentos	8,0	
TOTAL DO ESTADO		8.667,1	
INTERIOR/ESTADO		27,2	
RMC/ESTADO (%)		73,4	

FONTE: SEID

TABELA 4 - INTENÇÃO DE INVESTIMENTO, SEGUNDO ESTADOS, ANUNCIADA EM 1996, 1997, 1998 E 1999

ESTADO	Em US\$ milhões				
	1996	1997	1998	1999	TOTAL
São Paulo	23.681	24.534	19.154	19.418	86.787
Rio de Janeiro	7.407	10.650	12.915	10.319	41.291
Minas Gerais	12.935	11.451	8.583	6.088	39.057
Paraná	5.119	13.116	4.092	4.751	27.078
Rio Grande do Sul	5.164	8.420	7.930	2.188	23.702
Bahia	3.858	7.270	5.791	4.883	21.802
Ceará	1.915	2.382	3.702	2.067	10.066
Espírito Santo	2.770	845	1.734	1.970	7.319
Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins	3.099	219	214	3.506	7.038
Santa Catarina	4.104	768	662	869	6.403
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1.231	915	1.961	624	4.731
Goiás e Distrito Federal	1.061	1.037	1.791	698	4.587
Pernambuco	1.948	440	1.160	824	4.372
Amazonas	1.319	2.125	424	446	4.314
Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte	1.510	569	903	792	3.774
Vários (simultâneos)	24.109	27.969	22.464	44.529	119.071
Não-definidos	8.643	9.649	13.497	12.583	44.372
Total (excluindo São Paulo)	50.957	60.207	52.262	40.025	203.451
TOTAL	107.390	122.359	107.377	116.555	453.681

FONTE: RODRIGUES (2000)

Segundo estudo do BNDES,

no Paraná, onde já se localizavam as plantas da Volvo, caminhões e ônibus, da New Holland, tratores agrícolas, e um pequeno parque local de fornecedores, foram implantadas novas montadoras. Em função destas fábricas, o número de fornecedores novos no Estado é relevante (...) Além da prática do *follow sourcing*, o número de fornecedores novos é resultado do volume de produção expressivo e do fato de serem novas no país, portanto sem uma rede já desenvolvida. Estes fornecedores, em função da responsabilidade de entrega de produtos a custos competitivos, são hoje os principais interessados em desenvolver uma rede de subfornecedores, o que pode vir a ocorrer tanto no próprio Estado como em São Paulo. (SANTOS; PINHÃO, 1999)

Em decorrência desse quadro, a Região Metropolitana de Curitiba está se tornando um dos mais importantes pólos da indústria automobilística brasileira e do Mercosul. O município de Curitiba, em particular, vem expandindo fortemente o segmento de serviços, dados os efeitos diretos e indiretos dos investimentos realizados na região.

A idéia de complementaridade da economia paranaense em relação à de São Paulo (principalmente) vem sendo substituída ou requalificada pela noção de uma economia que se afirma como um dos elos da rede de núcleos dinâmicos – cada vez mais integrada e articulada com o exterior – a qual está passando a definir o processo de criação de riquezas na economia brasileira. Mesmo com importantes articulações financeiras, interindustriais e de mercado consumidor com São Paulo, são crescentes os elos da dinâmica da economia paranaense com a rede de núcleos dinâmicos regionais e internacionais, sem a passagem obrigatória ou complementar pelo centro paulista. Em particular, as transformações em curso

na Região Metropolitana de Curitiba são tão intensas que estão correspondendo ao processo de emergência de uma cidade-região global, na forma como é definida por Scott et al. (2001).⁵

Como pode ser observado na tabela 1, os dados de 1996 realçam os ganhos de participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis no total da indústria estadual, com destaque para o gênero material de transporte. Os dados da tabela 2 indicam que, a partir de 1996, a participação da indústria do Paraná continua a aumentar no total da indústria brasileira, com destaque para os bens intermediários e a indústria de bens de capital e de consumo duráveis, em particular o gênero material de transportes.

No entanto, a inserção do Paraná nesse processo está se dando de forma muito diferenciada no que se refere às suas regiões e segmentos produtivos.

Os engates do Paraná na nova dinâmica regional estão ocorrendo fundamentalmente a partir da Região Metropolitana de Curitiba, que está se afirmando como um dos principais focos ou núcleos de dinamismo da economia brasileira e com fortes tendências de acentuar a sua integração externa. A quase totalidade dos investimentos de natureza estruturante, modeladores das transformações que vão forjar o futuro do Estado, está ocorrendo nessa região ou na sua área de influência direta (Ponta Grossa, Irati e Paranaguá, por exemplo).

Isso não significa desprezar a importância dos investimentos que estão ocorrendo em outras regiões do Estado. No entanto, pode-se observar que os investimentos realizados no interior, em geral, além de serem de pequeno porte, não são de natureza estruturante ou permanecem tendo um caráter complementar às atividades econômicas da rede de núcleos dinâmicos da economia brasileira. Na maioria dos casos, esses investimentos constituem desdobramentos marginais da estrutura produtiva local (tabela 3).

Setorialmente, a inserção do Paraná tem sido muito diferenciada, com a predominância de investimentos na metal-mecânica e, diferentemente do que aconteceu nos anos 70, com um elevado potencial endógeno de efeitos diretos e de adensamento da matriz de relações interindustriais.

Aqui também não se nega a importância dos expressivos investimentos que têm sido realizados no agronegócio. No entanto, embora o agronegócio continue tendo um excelente desempenho no Estado e ainda responda por parcela expressiva da renda gerada internamente, é importante notar que o seu processo de reestruturação produtiva (introdução de novos padrões tecnológicos, difusão de novas formas de gestão, adequação à expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, etc.) vem sendo espacialmente muito seletivo, definindo "ilhas de produtividade" em localidades pontuais no interior do Paraná. No mesmo sentido, o "novo rural", conforme apontado por Graziano da Silva (1997)⁶, também tem este mesmo sentido de seletividade.

Besen e Urban (1998) chamam a atenção para "os movimentos que essa seletividade da reestruturação produtiva do *agribusiness* vem provocando em termos de distribuição de população entre campo e cidade e na dinâmica urbana dos médios centros". Segundo as autoras, os dados da Contagem de População, realizada em 1996 pelo IBGE, "reforçam essa visão e vêm expressando uma nítida continuidade do processo de saída do campo (a taxas elevadas, que não se acreditava mais fossem ocorrer), revelando a queima de empregos agrícolas". (BESEN; URBAN, 1998)

⁵Segundo esses autores, "as cidades-regiões funcionam, cada vez mais, como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial". (ver Scott et al., 2001, p. 11-25).

⁶As transformações que estão atualmente ocorrendo nos agronegócios vêm dando lugar à idéia da emergência de um "novo mundo rural", não exclusivamente agrícola e muito menos somente agrário, mas incorporando também "um conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares da atividade econômica), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional [e do emprego] do meio rural brasileiro". (SILVA, 1997, p.43). Esse "novo mundo rural" é seletivo e focalizado na medida em que tende a se concentrar nas regiões de maior dinamismo do setor agropecuário, organizado sob a forma de agronegócios.

REFLEXÕES FINAIS

Dados os contornos da especificidade da inserção do Paraná na nova dinâmica regional da economia brasileira, podem ser identificadas, a título de conclusão, as principais questões ou pontos de discussão que devem ser analisados, de forma a se compreender com maiores detalhes esse novo marco de interpretação da economia e da sociedade do Estado. Os pontos são os seguintes:

- a) as tendências de uma nova dinâmica na economia estadual, não mais como um processo de geração de riquezas centrado em maior medida na agroindústria. A dinâmica da economia paranaense tende a se basear cada vez mais na expansão da metal-mecânica e serviços associados. Quais as implicações econômicas, sociais e políticas dessa mudança estrutural na economia e na sociedade paranaenses?
- b) o entendimento dos possíveis impactos dos novos investimentos na matriz local de relações interindustriais. Em vários complexos industriais, o peso relativo do valor agregado no valor bruto da produção está diminuindo em função do aumento do coeficiente de importação. No entanto, os novos investimentos também estão abrindo oportunidades para o desenvolvimento de fornecedores locais. Aqui, atenção especial deve ser dada aos impactos dos novos investimentos sobre o setor de serviços, hoje estratégico para o desenho do urbano e para a geração de empregos;
- c) o avanço e o processo de reestruturação dos agronegócios, bem como o **novo rural**, cada vez mais seletivos e focalizados, diferentemente do passado, quando a industrialização da agricultura propiciou impulsos dinâmicos em praticamente todas as regiões do Estado;
- d) os diferentes potenciais dinâmicos das sub-regiões do Estado e, portanto, as disparidades regionais, que tendem a ser ampliadas e merecem destaque especial para a orientação das políticas públicas;
- e) a questão da Região Metropolitana de Curitiba, com tendência crescente de concentração das atividades econômicas do Estado, cujas taxas de crescimento populacional são das mais elevadas dentre as RMs do país, e que vem sofrendo um processo de periferização excludente;
- f) a questão do emprego, da informalidade e do desemprego. A elasticidade produto industrial-emprego assalariado vem caindo, e a informalidade já não se restringe aos interstícios do núcleo dinâmico, mas vem firmando raízes no seu interior. As situações de desemprego são cada vez mais duradouras dependendo da faixa etária e do histórico ocupacional e de especializações de certas coortes de trabalhadores;
- g) a dinâmica demográfica, o envelhecimento da população e suas implicações para a formulação de políticas urbanas e sociais;
- h) as relações Estado-Sociedade. O padrão de relação Estado-Sociedade vem passando por profundas transformações. O tradicional *padrão centralizado* de formular e operar políticas públicas – marcado pela verticalidade na relação Estado-Sociedade, pela generalidade espacial e pela segmentação setorial – está dando lugar a um *padrão descentralizado*, caracterizado pela horizontalidade dessa relação, pela interação dos agentes/atores sociais envolvidos e pela

seletividade espacial, integração e territorialidade das políticas públicas. Esse padrão descentralizado está a exigir novos desenhos de instituições públicas e de processo de formulação e operacionalização das políticas públicas.

E, finalmente, dados os desafios que esse quadro de questões coloca para o futuro do Estado, torna-se fundamental avaliar as possibilidades técnicas, financeiras e políticas de reafirmar o papel do Estado local como corretor de desigualdades inter-regionais e sociais e repensar os desenhos, os objetivos e a orientação de políticas sociais de forma a torná-las inovadoras vis-à-vis às transformações que estão ocorrendo na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Maria Helena O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**: estudo sobre a CODEPAR. São Paulo: Símbolo, 1978
- BESEN, Gracia; URBAN, Maria Lúcia. **Paraná, repensando sua economia**. Curitiba: IPARDES, 1998. Nota técnica para discussão interna.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.
- DINIZ, C. Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para discussão, 375)
- FIRKOWSKI, Olga L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - USP/FFLCH.
- GALVÃO, Antonio Carlos; VASCONCELOS, Ronaldo R. **Política regional à escala sub-regional**: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 665).
- GUIMARÃES, Leonardo. **Dinâmica regional no Brasil**. Brasília : IPEA, 1997. Versão preliminar.
- IBGE. **Censo industrial**. Rio de Janeiro, 1970.
- IBGE. **Censo industrial**. Rio de Janeiro, 1975.
- IBGE. **Censo industrial**. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. **Censos econômicos**. Rio de Janeiro, 1985.
- IBGE. **Pesquisa industrial anual**. Rio de Janeiro, 1999.
- IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, 1982
- IPARDES. **Séries retrospectivas do Paraná**: dados históricos da indústria 1940-1980. Curitiba, 1994.
- LEÃO, I. Z. C. C. Quatro visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 7, n. 2, p.1-3, fev. 1985a.
- LEÃO, I. Z. C. C. **O Paraná nos anos 70**. Curitiba: IPARDES : CONCITEC, 1985b (Coleção Teses).
- MAGALHÃES FILHO, Francisco B. B. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.87, p.131-148, jan./abr. 1996.
- MEINERS, Wilhelm E. M. A. Atração de investimentos e possibilidades de um arranjo automotivo regional no Paraná. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba: UTP, n.24, p.9-50, nov. 2001.
- MEINERS, Wilhelm E. M. A. **Implantação da indústria automobilística e os novos contornos da região de Curitiba**. Curitiba, 1999 Dissertação (Mestrado) - UFPR/CMDE.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?**: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 633).

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

RODRIGUES, Denise A. Os investimentos no Brasil nos anos 90: cenários setorial e regional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n.13, p.107-135, jun. 2000.

SANTOS, Ângela Maria M. M.; PINHÃO, Caio M. M. **Distribuição regional**: indústria automobilística e autopeças. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Informe setorial, 26).

SCOTT, Allen J. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v.17, n. 41, p.11-25, 2001.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997.